

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

ATA de 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLÉIA GERAL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
08 DE SETEMBRO DE 2010

Aos oito (08) dias do mês de setembro do ano de dois mil e dez, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, com sede à Av. Ramiro Colleoni, nº 05, Vila Dora, Santo André, às 10h00, realizou-se a Oitava Reunião Ordinária da Assembléia Geral, presidida pelo Presidente Prefeito Clóvis Volpi, e contou com a presença do Vice-Presidente do Consórcio, Excelentíssimo Prefeito Arq. Mário Wilson Pedreira Reali. Presentes, também, o Excelentíssimo Prefeito do Município de Santo André, Dr. Aidan Antônio Ravin, o Excelentíssimo Prefeito de São Bernardo do Campo, Prefeito Luiz Marinho, o Excelentíssimo Prefeito do Município de São Caetano do Sul, Dr. José Auricchio Júnior, o Excelentíssimo Prefeito do Município de Mauá, Prof. Oswaldo Dias, e o Excelentíssimo Prefeito do Município de Rio Grande da Serra, Dr. Adler Alfredo Jardim Teixeira. Presentes os assessores regionais de Santo André, Mauá, Diadema, São Caetano do Sul e de Rio Grande da Serra. Presente, também, a Secretária Executiva do Consórcio, Dra. Eliana Bernardo da Silva e os Diretores do Consórcio, Antonio Da Cól Jr. (Diretoria Administrativa e Financeira) e Antonio Cláudio Deberaldine (Diretoria de Projetos e Programas). INÍCIO. – O Presidente iniciou os trabalhos dando bom dia e agradecendo a presença de todos. Seguindo a pauta, colocou em votação a ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada em 02/08/2010, bem como a ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/08/2010, as quais foram aprovadas por unanimidade e assinadas. 1) RESÍDUOS SÓLIDOS – PLANO DE SANEAMENTO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E PROPOSTA DE APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. A apresentação foi feita pela Sra. Luciana Barreira, a qual acompanhou o Sr. Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Ação Social de São Bernardo do Campo, Sr. Alfredo Buso. O Sr. Alfredo Buso inicia a explanação informando aos Prefeitos que com base na Lei Federal nº 11.445/07, o Município de São Bernardo do Campo realizou o PLANO DE SANEAMENTO AMBIENTAL, e estudou a questão de água e esgoto, drenagem e resíduos sólidos. Todos os estudos e diagnósticos, foram debatidos nos bairros da cidade (11 plenárias) e finalizou numa grande conferência que reuniu cerca de 200 pessoas, onde foram aprovadas as diretrizes para o Plano de Saneamento Ambiental. Sr. Alfredo informa que hoje estará apresentando somente a parte de RESÍDUOS SÓLIDOS (água, esgoto, drenagem). Apresentou a Profª Doutora Luciana Barreira, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), e informou que a Fundação tem apoiado São Bernardo do Campo nestas pesquisas e estudos. Solicitou à Profª Luciana que fizesse a explanação aos Prefeitos. A Professora deu bom dia a todos e se apresentou. Esclareceu que sua apresentação refere-se à Lei nº 11445/07 que é o novo marco regulatório do saneamento no Brasil, e que estabelece que os municípios são responsáveis pela prestação de serviços de saneamento, incluindo agora o manejo de resíduos sólidos, e que também estabelece o Plano Municipal como instrumento da política de saneamento. A partir deste plano, os contratos de serviços e saneamento serão direcionados. Colocou que desde 2009, São Bernardo do Campo está elaborando este Plano de Saneamento. A primeira parte do Plano é o diagnóstico, de onde sai um relatório e estudo de demandas para os próximos 30 anos (projeção de evolução da

população e aumento de resíduos). Mencionou as diretrizes da Lei nº 11445/07. Explicou que depois de atendê-las, o Município de São Bernardo do Campo formulou as propostas de alternativas tecnológicas (na qual está hoje). A apresentação é parte integrante desta ata. 2) RESÍDUOS SÓLIDOS – TRANSFORMAÇÃO DE LIXO EM ENERGIA – PEDIDO DE AGENDAMENTO DE REUNIÃO. O Prefeito Oswaldo Dias, aproveitando o gancho do tema em discussão no item “1”, sugere seja agendada reunião entre os Prefeitos e representante da empresa Foz do Brasil, órgão ligado ao Grupo de Energia da Organização Odebrecht. Sugere proposta de aumento do pólo petroquímico, e geração de energia para que usina produza gás. O resultado seria energia mais barata. Explica que este método utiliza energia para produzir vapor. A idéia é produzir vapor. O Prefeito Luiz Marinho esclarece que a nova lei obriga novo posicionamento das empresas, inclusive quanto às embalagens, obriga um repensar da própria indústria, induz à opção rumo a aterro ou não aterro. Sabe-se quão difícil é cada vez mais realizar um aterro sanitário. Alega ter trazido esta apresentação ao Consórcio, pois o estudo apresentado pode levar a um debate regional. Coloca que o Prefeito Aidan, em uma outra ocasião, disse que Santo André também estaria estudando este tema. Crê que usina ligada a Parque Industrial é mais viável. Coloca que é preciso que a região resolva o problema do lixo. É um atraso pensar na manutenção dos aterros. É preciso refletir sobre o fim dos aterros. Lembra a todos que o Consórcio nasceu por causa do lixo. Coloca que já apresentou este estudo aos Prefeitos Mário e Auricchio e agora traz aos demais Prefeitos. Entende que a discussão sobre o tema é necessária, e que o Consórcio deve ser o dono desta idéia. Região deve ter duas usinas, para diminuição de distâncias. Questiona se as procuradorias dos municípios resolveriam rapidamente estas questões ou ficaríamos eternamente discutindo pareceres jurídicos? É necessário uma usina concreta para São Bernardo do Campo e Diadema, outra para atender Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Mauá. O Prefeito Clóvis Volpi coloca ter entendido que o investimento para implantação da usina é da empresa detentora da maior parte do pólo. O Prefeito Auricchio questiona ao Prefeito Aidan se ele está fazendo no formato de PPP (parceria público privada), e ele responde que sim. O Prefeito Clóvis coloca que a durabilidade do aterro da empresa LARA é de 10 anos, todavia ouviu dizer que faltam 2 anos para o fim da licença de operação. Sugere que o Consórcio encaminhe ofício à empresa LARA, questionando quanto tempo e capacidade ainda possui para a atual licença. Com a resposta da LARA, teremos um documento afirmativo, pois ao que consta, a LARA tem área, mas não tem licenciamento. “Estamos trabalhando contra o relógio”. O Prefeito Oswaldo entende ser necessário abrir estudo sobre a questão de viabilidade. A questão não é de qual município ficará responsável pela usina. A questão do transporte é significativa. Entende deva ser discutida a possibilidade. Alega não ter nada contra a LARA, porque vamos continuar colocando nossos resíduos lá, mas entende que temos que ter as informações sugeridas pelo Prefeito Clóvis. O Prefeito Mário avisa a todos que pediu para incluir na pauta, outro assunto neste sentido, sobre a criação da agência reguladora regional. Solicita que este assunto seja antecipado na discussão, o que foi aprovado. 3) CRIAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO. O Prefeito Mário coloca que todos os Municípios têm em comum o problema dos resíduos sólidos. Esta é a maior despesa dos Municípios. É o percentual maior de gasto da Prefeitura (transbordo e destino). Todos temos interesse em reduzir custos. A união dos sete municípios é fundamental para resolvermos esta questão. Entende que, de toda forma, precisaríamos conversar, pois o volume inicial para viabilizar a usina depende dos sete municípios. Teremos que dividir o bolo dos sete municípios. O Prefeito Clóvis questiona ao Prefeito Aidan, em que lugar estão prevendo a instalação de usina em Santo André, e este responde que na cidade São

Jorge. O Prefeito Oswaldo informa a todos que sua assessora, Sra. Josi, o está informando que a empresa LARA tem pedido de nova licença protocolado na CETESB para 40 anos. Entende que o debate é importante, para estabelecimento do preço. O Prefeito Clóvis coloca que os municípios poderão ter discussão sobre isso. A Sra. Josi, Assessora Regional de Mauá passará à Secretária Executiva do Consórcio, o nome do representante da Foz do Brasil que deverá ser convidado para a próxima Assembléia Geral. O Prefeito Mário reitera a necessidade da discussão. Coloca que em Diadema ainda estão discutindo sobre a parceria que será feita entre SABESP e Prefeitura. Entende ser importante discutir se os Municípios têm interesse quanto à titularidade. Coloca que o STF está discutindo o assunto da titularidade, e que cada Ministro tem entendimento diferente do outro. Em seu ponto de vista, o que vai acontecer é que cada município deverá ter a sua agência, a exemplo de Mauá, ou terá que delegar à ARSESP. O Prefeito Auricchio coloca que quem faz a regulação de São Bernardo do Campo já é a ARSESP. O Prefeito Mário coloca que não é a ARSESP, pois os municípios ainda não se adequaram à lei. São necessários postos. O Prefeito Kiko coloca que como o STF não resolveu a questão até hoje, desde a promulgação da Lei nº 11445/07, São Paulo fez modelo compartilhado. O Prefeito Mário coloca que todos estão negociando com a ARSESP. Então, como agência reguladora regional teríamos mais força perante o órgão estadual. A SABESP quer ARSESP. O Prefeito Auricchio coloca que em seu Município a distribuição de água e esgoto é da SABESP. O Prefeito Oswaldo entende que os Prefeitos apenas estão se referindo à Agência Reguladora adstrita à água, e que a discussão também pode evoluir para esgoto. É outra questão para entrar na discussão. O Prefeito Clóvis questiona aos demais Prefeitos, se eles querem um estudo jurídico, para verem como funcionaria a agência regional? O Prefeito Mário coloca ser necessário um grupo para discussão. O Prefeito Clóvis questiona se entre os Prefeitos tem alguém com conhecimentos suficientes? O Prefeito Mário entende que o Grupo deva ser composto por pessoal das próprias Prefeituras, das áreas atinentes ao assunto. O Prefeito Clóvis questiona se o grupo poderá ser formado por 3 procuradores e 3 técnicos, que estudariam a questão e trariam o resultado aos Prefeitos. Os Prefeitos fecharam em cinco técnicos e cinco representantes de Secretarias Jurídicas dos Municípios de Mauá, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Santo André e Diadema. O Prefeito Clóvis solicitou à Sra. Secretária Executiva do Consórcio, para que seja oficiado aos Prefeitos, para que estes encaminhem ao Consórcio um nome de representante da Secretaria Jurídica e um nome de um técnico ligado à área de saneamento básico, para promoverem estudos e discussões sobre: 1) o que é necessário para a criação de uma agência reguladora regional de saneamento básico; 2) como seria feita a coleta de lixo, transbordo e destino? 3) como seria feita e distribuição de água e esgoto? 4) forma de cobrança? 5) outras informações necessárias e elucidativas ao assunto. O Grupo terá a coordenação da Diretoria Jurídica e Diretoria de Projetos e Programas do Consórcio. O Prefeito Clóvis questiona aos Prefeitos se poderá ser agendado com a empresa Foz do Brasil para a próxima reunião. Todos deliberaram que sim. 4) ORÇAMENTO 2011 – COTAS DE RATEIO. O Presidente passou a palavra à Secretária Executiva do Consórcio, que fez apresentação do orçamento 2011 em data show (indicação da receita e previsão da despesa), e mostrou aos Prefeitos a cota de rateio de cada Município, e forma de cálculo adotada, com base nas receitas correntes líquidas encaminhadas por cada um. Solicitou aprovação e informou haver proposta dos assessores regionais, para que a partir de 2012 não incida mais a atualização dos valores com base no IGP-M, como sempre foi feito, sob a justificativa de que a receita do Consórcio, oriunda das cotas de rateio dos Municípios deve acompanhar somente as receitas correntes líquidas dos Municípios, sem atualização, pois alegam que nem sempre há superávit ao final de exercício. Os

Prefeitos, após discussão, aprovaram o orçamento apresentado para 2011, e deliberaram no sentido de que deverá ser feito um estudo com apresentação de alternativas à Assembléia Geral, até dezembro de 2010, de como deverá ser calculado o orçamento do Consórcio a partir de 2012. Referido estudo deverá contar com a participação da Secretária Executiva do Consórcio, Assessores Regionais e técnicos das áreas de finanças dos municípios.

5) FUNDAÇÃO SEADE – CONVÊNIO – DISCUSSÃO SOBRE PROPOSTAS APRESENTADAS – DELIBERAÇÃO. O Prefeito Clóvis passou a palavra à Secretaria Executiva do Consórcio, a qual explicou aos Prefeitos ter recebido duas propostas da FUNDAÇÃO SEADE, que encontram-se nos autos do Processo de Compras nº 56/2010, para a celebração de convênio com o Consórcio, visando a produção e disponibilização de informações originárias da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, que a Fundação realiza em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Explicou que a proposta ideal para o Consórcio é a que traz valor anual de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), visto que a proposta de menor valor (R\$ 276.000,00) não inclui o boletim sobre o desempenho anual do mercado de trabalho na região do ABC, nem a base de microdados mensais da pesquisa na região Metropolitana de São Paulo e Região do ABC. Após discussão, os Prefeitos aprovaram o convênio, com verba do orçamento 2011, para a proposta no valor anual de R\$ 330.000,00.

6) PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL SOBRE LEI ESPECÍFICA DA BILLINGS, PARA DIVULGAÇÃO. O Prefeito Clóvis informou aos demais Prefeitos ter recebido material de divulgação sobre a Lei Específica da Billings em seu Município, e ter achado muito interessante o trabalho (em DVD), que pode servir para que os municípios divulguem os temas abordados pela Lei Específica da Billings. Trata-se, em seu modo de vista, de ferramenta facilitadora, para compreensão do conteúdo da lei, e um elemento dinamizador da educação ambiental, para recuperação das áreas de manancial, com sustentabilidade. O valor do custo de produção é de R\$ 38.850,00 (trinta e oito mil, oitocentos e cinquenta reais), e será pago com verba do orçamento 2010 do Consórcio. A pedido dos assessores regionais, o trabalho deverá sofrer atualização de datas, e a empresa produtora HOMMA, deverá ceder os direitos autorais ao Consórcio, para que este produza tantas cópias quantas forem necessárias aos Municípios. A Secretária Executiva do Consórcio deverá autuar o processo de compras.

7) SEBRAE NACIONAL – 1) CONVÊNIO ENTRE CONSORCIO E SEBRAE PARA QUE ESTE EXECUTE OS PROJETOS NEGÓCIO A NEGÓCIO E ABC DA INOVAÇÃO, PARA A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO GRANDE ABC – 2) APRESENTAÇÃO DOS VALORES PARA CADA MUNICÍPIO – DISCUSSÃO. A Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC encaminha planilha com valores de contribuição para cada município, nos projetos NEGOCIO A NEGOCIO e ABC DA INOVAÇÃO, a serem firmados com o SEBRAE NACIONAL. Informa que o Convênio seria firmado entre o Consórcio e o SEBRAE para que este execute os projetos Negócio a Negócio e ABC da Inovação para a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. A verba seria repassada dos Municípios ao Consórcio, e deste à Agência. A Secretária Executiva do Consórcio informa aos Prefeitos haver sido exarado parecer jurídico nos autos do Processo Administrativo nº 62/2010, dando conta de que o Consórcio Intermunicipal Grande ABC não pode figurar como mero órgão de repasse de verbas dos municípios consorciados à Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, como proposto nos projetos do SEBRAE. Aponta dois caminhos: 1) Por meio de Contrato de Programa, os municípios repassariam a verba ao Consórcio, que cuidaria da gestão e monitoramento dos projetos, com grande economia pecuniária, visto que não necessitaria arcar com custos de assessoria jurídica,

gestão contábil-financeira e consultoria em avaliação de custos e gestão de projeto (estas atividades seriam efetuadas pelo próprio corpo técnico do Consórcio, em conjunto com os Secretários de Desenvolvimento Econômico de cada Município). Exemplifica que somente no Projeto Negócio a Negócio haveria economia de aproximadamente R\$ 600.000,00; e, 2) O Convênio seria celebrado entre a Agência e o SEBRAE Nacional, e entre Municípios e Agência. Neste caso, os municípios encaminhariam Projeto de Lei às Câmaras, para obter autorização visando o repasse de verba dos Municípios à Agência (contrapartida da agência no projeto), quando a Lei Orgânica do Município exigir este procedimento. Após discussão, os Prefeitos deliberaram no sentido de ser adotada a opção número "1" orientada pela Diretoria Jurídica do Consórcio. O Sr. Luiz Almeida, da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC informou que entrará em contato com o SEBRAE, a fim de verificar se aquele órgão aceita esta opção, e encaminhará a resposta à Secretaria Executiva do Consórcio, para integrar a pauta da 9ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral. INFORMES: Na sequência, o Presidente passou a palavra à Sra. Secretária Executiva, para os informes da pauta, os quais foram passados aos Prefeitos, e que se encontram em fls. 04 e 05 da pauta que integra esta ata. Ficou deliberado o seguinte: 1) REUNIÃO COM ARTESP e ECOVIAS, foi solicitado pelos Prefeitos, que seja reiterado o ofício aos Municípios que na responderem. 2) REUNIÃO EM BRASÍLIA – O Presidente, Secretária Executiva do Consórcio e Secretários de Comunicação irão visitar a EBC – Empresa Brasil de Comunicação, em Brasília, para saberem mais sobre a implantação da TV Digital Regional 3) PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL COM A RECEITA FEDERAL – Consórcio ainda aguarda resposta de Santo André, Mauá e São Caetano do Sul. Secretária Executiva irá reiterar ofício cobrando resposta. 4) MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO - Os Prefeitos discutiram acerca do parecer exarado pelo GT Saúde e se deram por satisfeitos com o levantamento. De posse dos dados, cada Prefeito conversará com seu Secretário de Saúde a respeito. 5) RODÍZIO NA REGIÃO – Secretária Executiva informa que o Vereador Luiz Carlos Pinheiro, de Santo André, encaminhou requerimento, pleiteando rodízio de automóveis na região, e que o Consórcio já informou que este tema está em estudos no GT Mobilidade desde julho deste ano. 6) OPERAÇÃO VERÃO 2010/2011 – a Secretária Executiva informa sobre a abertura, no Consórcio, em 23/08/2010, dos preparativos para a Operação Verão 2010/2011. 7) INSPEÇÃO VEICULAR – A Secretária Executiva informa sobre o andamento dos trabalhos do GT Inspeção Veicular, conforme descrito na pauta da 8ª Reunião, relativa a esta ata. 8) FESTIVAL DE ESCOLAS DE ESPORTE – Secretária Executiva informa aos Prefeitos que em 25/09/2010 será dado início ao Festival de Escolas de Esporte do ABC. Os Prefeitos receberam agendamentos dos jogos. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por cumprida a pauta e encerrou a reunião, às 12h30, cuja ATA, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Eliana Bernardo da Silva, Secretária Executiva do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.....

Região do ABC Paulista, em 08 de setembro de 2010.

Prefeitos signatários, presentes na 8ª. Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

CLÓVIS VOLPI
Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

MÁRIO WILSON PEDREIRA REALI
Vice-Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Prefeito do Município de Diadema

AIDAN ANTÔNIO RAVIN
Prefeito do Município de Santo André

LUIZ MARINHO
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

JOSÉ AURICCHIO JUNIOR
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

OSWALDO DIAS
Prefeito do Município de Mauá

ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 8ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

ELIANA BERNARDO DA SILVA
Secretária Executiva da Presidência